

ENCONTROS E DES(ENCONTROS) ENTRE O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO APOSTILADO

Fabiana Eidelwein¹, Maria Isabel Lopes²

Resumo: Este artigo foi elaborado a partir de um trabalho de conclusão e desenvolve uma análise acerca do ensino apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em substituição ao ensino baseado no livro didático, levando em conta como ele é utilizado pelos professores e seus efeitos sobre a prática pedagógica. A análise foi feita em duas realidades distintas, uma de escola pública que utiliza o livro didático “Viver e Aprender” e uma de escola particular que utiliza a apostila “Positivo”. O texto foi elaborado a partir de um quadro comparativo entre o livro didático e a apostila para a 3ª série e/ou 4º ano do Ensino Fundamental. Esse quadro norteia toda a análise observando os aspectos da epistemologia, da metodologia, de currículo e da avaliação. Além disso, foram realizadas entrevistas com os professores das duas escolas objeto deste trabalho a fim de descrevê-las no contexto da organização escolar. Os resultados obtidos demonstram que os professores devem refletir sobre a utilização dos recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) e seu papel como agentes no processo de ensino-aprendizagem, pesquisando novos conhecimentos, novas formas de ensinar, novas metodologias, fazendo uso de várias tecnologias e não se detendo isoladamente ao uso do livro didático e/ou da apostila, os quais se constituem como um elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo nas práticas pedagógicas e guiando-as, contribuindo, assim, para as formas de organização e construção do conhecimento no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Educação. Livro Didático. Ensino Apostilado.

Os nomes não se aprendem sozinhos;
aprendem-se alojados em pequenas histórias.
(LYORTARD, 1993, p. 45)

O tema do livro didático acompanhou incessantemente a investigação de muitos educadores e, em torno dessa problemática, entrelaçaram-se diversas preocupações em relação aos diferentes discursos sobre a prática escolar. Outra questão, relacionada a essa problemática, concerne à inserção do ensino apostilado em algumas escolas. Este artigo desenvolveu-se a partir de um trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia e trata de uma análise acerca do ensino apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em substituição ao ensino baseado no livro didático, levando em conta como ele é utilizado pelos professores e seus efeitos sobre a prática pedagógica. A análise foi feita em duas realidades distintas, uma de escola pública que utiliza o livro didático “Viver e Aprender” e uma de escola particular que utiliza a apostila “Positivo”. O texto foi elaborado a partir de um quadro comparativo entre o livro didático e a apostila para a 3ª série e/ou 4º ano do Ensino Fundamental. Esse quadro esquematiza toda a análise observando os aspectos da epistemologia, da metodologia, do currículo e da avaliação.

1 Formada em Pedagogia dos Anos Iniciais, no Centro Universitário Univates e Professora em Escola Pública. fabianaeidelwein@yahoo.com.br

2 Professora do Centro Universitário UNIVATES, mestre em Educação e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS. milopes@univates.br

Em 30 de dezembro de 1938, foi publicado o Decreto Lei nº 1.006, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação, controle de produção e circulação do livro didático no País. Já em 1966, foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos.

Com a publicação do Decreto nº 77.107, de 04/02/76, o governo assumiu a compra de boa parcela dos livros para distribuí-los a uma parte das escolas e unidades federadas. Os recursos provinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contribuições das contrapartidas mínimas estabelecidas para a participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender a todos os alunos do Ensino Fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais foi excluída do programa. Anos depois, com o novo Decreto nº 91.542, de 19/08/85, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que trouxe diversas mudanças:

- indicação do livro didático pelos professores;
- reutilização do livro por até três anos;
- extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas.

A Resolução FNDE nº 6 vinculou, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático de forma gradativa, até 1995. Em 1996, deu-se início ao processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos inscritos para o PNLD de 1997. Esse procedimento foi aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje.

Tempos depois, em 2004, foi feita a distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares aos alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. No ano seguinte, 2005, foram distribuídos os livros didáticos de todos os componentes curriculares aos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Em 2007, foram distribuídos os livros didáticos de todos os componentes curriculares aos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Já em 2008, foram distribuídos livros didáticos de todos os componentes curriculares, alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências de 1ª e 5ª a 8ª séries e houve reposição e complementação aos alunos de 2ª a 4ª série. No ano de 2010, houve a distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em função de o livro didático ser utilizado durante quatro anos.

LIVRO DIDÁTICO X ENSINO APOSTILADO

Para reflexão cabe a interrogação de Luckesi (1994): Qual o significado do livro didático ou da apostila na prática pedagógica?

Segundo a teoria crítica, o livro didático é uma ferramenta importante para a organização escolar, pois ele repassa aos alunos a cultura dominante. Nas escolas públicas, os alunos recebem o livro didático gratuitamente, e o mesmo é repassado aos alunos do ano seguinte. Assim, o livro didático torna-se um eficiente recurso didático para o repasse da cultura legitimada pela sociedade. Cabe aos professores utilizá-lo de forma crítica, não apenas repassando aos alunos o que já está pronto, mas contrapondo-o à realidade dos estudantes, aos seus interesses, desejos e realidades. Para Farias (2002, p. 77), "O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a

cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre”.

A utilização do livro didático deveria ser criteriosa, uma vez que, em sua maioria, os exercícios são repetitivos e monótonos, não agregam conhecimentos, não fazem os alunos pensarem, tornando-se cansativos e desinteressantes. Os professores devem fazer uma revisão de todos os capítulos do livro didático que irão utilizar em sala de aula, analisando a forma como são apresentados os conteúdos e as atividades. Cabe ressaltar que o próprio professor pode desenvolver uma atividade de discussão em grupo, por exemplo, para analisar aquele assunto/conteúdo, relacionando-o com a realidade do grupo de alunos.

Segundo Silva (1998, p. 13), “Didáticos são livros destinados a informar, orientar e instruir o processo de aprendizagem. Livros didáticos não educam!”.

Cabe ressaltar que vários pesquisadores da educação citam a má qualidade do livro didático, porém ele sempre acompanhou as tendências pedagógicas, vinculando os conteúdos escolares legitimados pela cultura/sociedade. Essa polêmica em relação ao livro didático traz significativas críticas, que certamente não resolvem a questão, mas possibilitam a sugestão de novas propostas tanto para sua elaboração quanto para sua utilização. O livro didático é um meio de comunicação entre a escola e seus alunos, por isso deve contextualizar o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

O livro didático é um veículo de comunicação importante dentro do sistema de ensino. Porém, não pode ser assumido acriticamente. Deve ser selecionado e utilizado de forma crítica, para que não sirva de veículo de conteúdos, métodos e modos de pensar que estejam em defasagem com a perspectiva que desejamos adotar (LUCKESI, 1994, p. 145).

Atualmente, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por objetivos básicos a aquisição e a distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental e é regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC), os livros didáticos passam por uma criteriosa seleção que preza a qualidade. O programa possui três características básicas: a) os livros são reutilizados (exceto os de 1º e 2º anos) por três anos; b) a escolha da obra didática é feita pelo professor; c) as obras são adquiridas com os recursos do Governo Federal e distribuídas gratuitamente a todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental público. A avaliação do livro didático passa por três etapas: **triagem das obras** (verificar as condições físicas dos livros); **pré-análise** (observar aspectos relativos às alterações solicitadas em avaliações anteriores e análise de documentação); **avaliação** (elaborar pareceres e resenhas).

Pode-se considerar que há, de certa forma, uma intervenção ativa do professor nos processos de escolha e utilização do livro. Ele atua enquanto sujeito de seu processo com autonomia para aceitar ou rejeitar propostas que circulam nos livros. O professor tem, em suas mãos, o trabalho que quer desenvolver. Apesar de algumas restrições, cabe-lhe a responsabilidade de problematizar o uso do livro didático como metodologia, como espaço de naturalização de uma cultura/sociedade. Desconstruir esses discursos instituídos nos livros didáticos pode contribuir para desnaturalizar as normas sociais que são instituídas pelo discurso na cultura, na história, nas representações sociais como única verdade, e, assim poder mostrar que os ditos e escritos são invenções culturais, históricas e sociais que produzem modos de ser aluno e modos de ser professor.

Sabe-se, ainda, que o livro didático é um dos recursos didáticos mais utilizados nas escolas. Apesar disso, o ensino apostilado vem, aos poucos, sendo adotado por inúmeras escolas, principalmente as particulares, em substituição ao livro didático. Esse sistema de apostila surgiu nos cursinhos pré-vestibulares, que preparam para os vestibulares.

Segundo o dicionário Aurélio, apostila significa “recomendações à margem de um documento, acréscimo ao fim de uma carta, pontos ou matérias de aulas publicadas para o uso de alunos”. Se

analisarmos bem o significado, podemos perceber que a apostila não é assim tão diferente do livro didático, pois também está estruturada em disciplinas e vem sendo utilizada como fonte única de conhecimento.

Em muitas escolas, o ensino apostilado sugere um currículo restrito e fragmentado, desconsiderando a formação integral do aluno. Como o exame vestibular tornou-se o objetivo principal do sistema, os alunos podem se tornar indivíduos acríticos, pois as escolas priorizam a obtenção de um grande número de informações de maneira “fácil e rápida”, através das apostilas. As apostilas podem ser consideradas para os cursos pré-vestibulares na revisão de conteúdos para o vestibular, mas se constituem em um material muito limitado quando se pensa na proposta sugerida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Com isso, torna-se questionável a utilização de um método de ensino apostilado, que desconsidera as experiências de vida e a realidade dos alunos, utilizando conteúdos resumidos e esquematizados, os quais em nada contribuem para um processo de ensino dentro da perspectiva sócio-interacionista de Vygostky. Como a escola possui importante papel na formação integral dos alunos, torna-se necessário rever a estrutura dos currículos escolares, de forma que eles não se voltem apenas à preparação dos alunos para o exame vestibular, como é sugerido pelo ensino apostilado. Algumas escolas, principalmente as particulares, passaram a investir em seu próprio material didático, produzindo apostilas e outros livros complementares para seus alunos, alegando ser um material de qualidade, de acordo com os programas da escola e com a vantagem de serem produzidos anualmente.

A escola é a instância mediadora neste processo, ela é o lugar onde, através de um currículo (que é uma seleção de conteúdos e experiências de aprendizagem) e de uma prática pedagógica, as crianças, os jovens e os adultos recebem e assimilam o legado cultural elaborado, compreendendo e reelaborando o seu cotidiano (LUCKESI, 1994, p. 13).

Ao adotar o ensino apostilado, é preciso que as escolas capacitem o corpo docente, dando-lhe condições e autonomia para manipular o material didático, pois, sem essa autonomia, o professor é obrigado apenas a reproduzir procedimentos preestabelecidos, tornando-se num técnico, que pode acabar produzindo um programa incompatível com a realidade do grupo de alunos.

Frente ao contraponto entre o uso do livro didático ou da apostila, surge uma pergunta relevante: Será que a substituição do livro didático pela apostila é a melhor alternativa?

Independentemente da qualidade do material, cabe ao corpo docente saber utilizá-lo de forma correta, corrigindo as falhas ou complementando o conteúdo através de novas fontes ou recursos. Entende-se que tanto o livro didático quanto as apostilas devem servir de apoio ao professor, como um instrumento que existe na educação, a fim de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem. Hoje se encontram as mais diversas ferramentas, principalmente com o crescimento das tecnologias. Assim como o livro didático e a apostila, a internet, a televisão, o DVD, o *tablet* e até mesmo outros tipos de recursos didáticos tornam-se ferramentas importantes para uma educação de qualidade, se utilizados de forma adequada, com autonomia, liberdade de pensamento, visão crítica de educadores e educandos desse processo de crescimento pleno do ser humano.

Ressalta-se que apenas os livros didáticos são analisados pelo Ministério da Educação (MEC), enquanto as apostilas utilizadas por algumas redes de ensino privadas não passam por nenhuma seleção do Ministério da Educação (MEC).

Vale observar que o livro didático ou o ensino apostilado não podem ser responsáveis pelo “fracasso” na educação. A organização escolar tem uma parcela de responsabilidade nessa situação, quando adota os livros didáticos ou apostilas distantes do seu projeto institucional, e utiliza, de forma inadequada, o livro didático e/ou apostilas. O livro didático e/ou a apostila não pode ser uma escora em que se vai apoiar toda a prática do ensino e aprendizagem. Tanto um quanto outro,

na maioria das vezes, demonstram qual é a metodologia e quais as concepções utilizadas pelas escolas através de seu currículo.

Tanto o livro didático como a apostila se constituem como elemento da cultura escolar, organizando e selecionando conteúdos, metodologia, e acabam produzindo subjetividades, corpos que circulam e ocupam o ambiente escolar.

Então, cabe aos educadores/professores/corpo docente questionarem sobre os recursos didáticos utilizados nas aulas, sejam eles livro didático ou apostila, pois, muitas vezes, apenas se reproduz a lógica moderna, uma única racionalidade, uma única verdade. É necessário sempre o questionamento: por que se está utilizando este material, que muitas vezes é produzido em escala industrial? De que forma se está utilizando o livro didático e/ou a apostila?

Para Fernandes (2006, p 35), “os professores ressignificam o currículo a partir de uma rede de situações emergentes”. Os recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) tornam-se uma ferramenta de apoio ao professor se utilizados de forma hiper crítica; contudo, não podem ser considerados um manual de conteúdos e/ou exercícios a serem repassados aos alunos ao longo de um ano letivo. Devem nortear a prática pedagógica, sendo uma fonte de pesquisa para o professor, mas não o caminho único a ser seguido.

METODOLOGIA DE ESTUDO

O presente estudo investiga a produção de conhecimento da área da Pedagogia na temática referente ao livro didático e ao ensino apostilado em nível de graduação. Pela sua natureza descritiva e interpretativa, ajusta-se às características do modelo qualitativo de investigação.

A busca de informações se desenvolveu a partir de duas formas. Uma delas foi a análise do livro didático “Viver e Aprender” x apostila “Positivo”, para a 3ª série e/ou 4º ano do Ensino Fundamental. Evidenciou-se a repetição das seguintes categorias: epistemologia, metodologia, currículo e avaliação.

CATEGORIA DE ANÁLISES	LIVRO DIDÁTICO “VIVER E APRENDER”	APOSTILA “POSITIVO”
Epistemologia	- vivência dos alunos; - conhecimentos que os alunos trazem para a escola (suas descobertas); - faixa etária das crianças.	- aprendizagem articulada e eficaz; - vivências e necessidades das escolas; - pensamento autônomo; - conhecimento prévio; - desenvolvimento do ser humano.
Metodologia	- situações concretas dos alunos; - uso do raciocínio lógico; - textos significativos; - gramática; - educação ambiental; - matemática da vida.	- interação das diferentes áreas do conhecimento; - realidade dos alunos e da escola; - domínio oral e escrito; - números no dia a dia; - exploração de diversos gêneros textuais; - sensibilização.
Currículo	- formação de atitudes; - interdisciplinaridade; - elaboração segundo avaliação do MEC; - orientações da LDB.	- níveis de ensino; - ações interdisciplinares; - cidadania/valores; - interação com o mundo; - base nas orientações do MEC, LDB, DCN, PCN e RCN.
Avaliação	- avaliação qualitativa e/ou quantitativa; - provas com questões objetivas e/ou subjetivas.	- autoavaliação - provas ao término de cada módulo das apostilas.

A outra forma de busca de informações foram entrevistas realizadas com os professores das duas realidades estudadas, uma de escola pública e outra da rede particular. Constatou-se que os professores da escola pública utilizam o livro didático como um recurso pedagógico de pesquisa e suporte no reforço dos conteúdos (Professora A, 2010). Já as professoras da rede particular disseram que a apostila é “um caminho a ser seguido, mas sempre utilizam atividades extras e complementos nos conteúdos trabalhados” (“Professora A”, 2010).

Frente a essas falas dos professores, Fernandes (2006, p. 15) explica: “os professores ressignificam o currículo a partir de uma rede de situações emergentes”.

Em relação aos critérios de avaliação adotados pelas duas realidades, uma professora da escola pública disse que “a escolha do livro didático é feita pelos livros que contêm informações, conhecimentos que possam ser aplicados à realidade da escola” (“Professora B”, 2010).

Uma professora da rede particular, que se utiliza da apostila, disse: “optamos pela utilização da apostila, pois ela é constantemente avaliada e, sempre que surge alguma sugestão, repassamos e somos contemplados com a alteração” (“Professora B”, 2010).

Cabe salientar que o livro didático passa por três etapas de avaliação através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC). Já as apostilas nunca passaram por qualquer avaliação do Ministério da Educação (MEC).

Para finalizar, cumpre esclarecer que as duas realidades, que pareciam tão distintas, identificam-se em alguns pontos. Na rede pública estadual, no primeiro ano do Ensino Fundamental de 9 anos, é utilizado de um caderno de atividades (apostila) de acordo com a metodologia utilizada pelo GEEMPA (Grupo de Estudos sobre a Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação).

Cabe aos professores/educadores repensarem a forma de utilização desses recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) nas aulas, pois, apesar de critérios burocráticos e administrativos, são os professores que “transmitem” os conteúdos aos alunos. Nenhum recurso didático pode engessar e massificar a educação.

PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS

Ao pensar na palavra “epistemologia”, educadores/pedagogos ficam intrigados com o seu significado. Afinal o que significa “epistemologia”, termo nem sempre presente no cotidiano escolar? De forma simples, pode-se dizer que epistemologia é a teoria da ciência, a teoria do conhecimento (*Episteme* – ciência, conhecimento; *logia* – estudo, teoria).

Considerando a proposta deste trabalho de análise comparativa entre o livro didático “Viver e Aprender” e a apostila “Positivo” para 3ª série/4º ano do Ensino Fundamental, e observando sua utilização como recurso didático na construção do conhecimento, entende-se relevante fazer uma reflexão sobre os suportes teóricos na epistemologia construtivista/interacionista cognitiva de Piaget e no enfoque social de Vygotsky. Na maioria das vezes, a epistemologia é um saber não visível pelo professor, pois ele faz uma prática pedagógica, segue um determinado caminho pedagógico, acreditando que nessa ação só há prática e que a mesma possa estar desconectada de qualquer entendimento de ciência, de qualquer entendimento de mundo. A forma como eu entendo a ciência, como eu penso, estudo a ciência vai dizer o enfoque epistemológico que tenho. Se me deixo guiar pelo material sugerido no livro didático ou apostila estou permitindo que o outro defina a minha concepção de mundo.

Tanto as ideias de Piaget como as de Vygotsky estão implícitas no livro didático e na apostila, pois os dois recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) se autodenominam como uma epistemologia interacionista. Isso pode ser visualizado no quadro comparativo, pois como palavras distintas, que em si expressam a mesma atitude/ação, podem partir da vivência dos alunos, de seus

conhecimentos prévios. Como as editoras de livros didáticos e/ou apostilas conhecem a realidade dos alunos? Muitas vezes, os conteúdos, principalmente os dos recursos didáticos utilizados em sala de aula, levam em consideração a teoria construtivista, dando como sugestão que se configure o trabalho pedagógico a partir da realidade dos alunos. Os estudos cognitivos de Piaget baseiam-se na ideia de que a criança/aluno passa por diferentes períodos do desenvolvimento cognitivo, os quais são assim divididos: 1) Período Sensório-Motor; 2) Período Pré-operatório; 3) Período Operatório Concreto; 4) Período Operatório Abstrato. Já a teoria de Vygotsky tem como concepção de aprendizagem que o conhecimento se desenvolve na interação do indivíduo com o meio (social, natural).

Segundo Castorina (2006), a teoria piagetiana é apresentada como uma versão do desenvolvimento cognitivo, uma teoria universal e individualista do desenvolvimento, capaz de oferecer um sujeito ativo, porém abstrato, e faz da aprendizagem um derivado do próprio desenvolvimento. Já a teoria de Vygotsky aparece como uma teoria histórico-social do desenvolvimento, que propõe uma visão da formação psíquica mediada pela cultura e, portanto, postula um sujeito social.

Nas comparações entre o livro didático e a apostila, percebem-se, nos textos dirigidos aos professores, tanto as ideias de Piaget como as de Vygotsky. No entanto, no material do aluno, há uma contradição epistemológica: textos e atividades são propostos a partir da “realidade” dos alunos. Mas será que nossos alunos vêm para as nossas escolas com o mesmo nível de desenvolvimento cognitivo e social? É possível utilizarmos como auxílio estes livros didáticos e/ou apostilas para todos? Dentro de uma sala de aula, encontramos várias realidades sociais e cognitivas. Como trabalhar com essa diferença, utilizando o livro didático e/ou a apostila como um recurso e não um “ditador” de como vamos “repassar” os conhecimentos para os alunos?

De acordo Becker (1993), na aula proposta a partir da concepção epistemológica diretiva, que vai contra os pensamentos de Piaget e Vygotsky, o professor fala, e o aluno escuta; o professor dita, e o aluno copia; o professor decide o que fazer, e o aluno executa; o professor ensina, e o aluno aprende. Mas por que o professor age assim? Por que acredita no mito da transmissão de conhecimento, enquanto forma ou estrutura, não só conteúdo? Porque acredita na epistemologia empirista, acredita que quem sabe é o sujeito e o objeto apenas aprende. Essa é uma realidade tanto do livro didático quanto da apostila, pois os dois estão voltados para uma aprendizagem articulada e eficaz, o que pode ser percebido na análise do sumário desses dois recursos pedagógicos. Os mesmos estão divididos em capítulos, os quais têm um tema adequado à faixa etária da criança, segundo o seu período de desenvolvimento cognitivo, que é correlacionado com a sua realidade social. Isso está escrito no manual do professor que acompanha tanto o livro didático quanto a apostila. Como exemplo, as histórias nos respectivos recursos pedagógicos, no componente curricular Português, podem ser relacionadas com a realidade dos alunos através de seus temas: os alimentos - combustível para o motor humano (livro didático); o dengue da dengue (apostila). Ressalta-se que os capítulos estão subdivididos com a mesma organização/estrutura: tema do capítulo, estudando o texto, ortografia/gramática e produção de texto.

Cabe questionar quem é o sujeito da relação ensino-aprendizagem se as aulas já estão todas programadas e pensadas. Não seriam o professor e os alunos objetos de um ensino sem a possibilidade de rupturas?

E mais, será que as realidades de todos os estados brasileiros são iguais? Todos têm os alimentos saudáveis, todos têm casos de dengue? Cabe ao professor utilizar os recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) de forma consciente, analisando se os textos e atividades propostas são adequados à turma na qual atua, pois sabemos que a escola tem a função social, que é reproduzir e repassar, através do livro didático e/ou da apostila, a cultura.

A educação deve ser um processo de construção do conhecimento que ocorre em condições de complementaridade: professores analisam e discutem de forma aberta como utilizar os recursos pedagógicos do livro didático e/ou apostila em suas aulas.

Tendo em vista a complexidade do termo metodologia, é conveniente ressaltar que a opção por determinado método de ensino/aprendizagem significa a escolha de um caminho e de um conjunto de valores, os quais devem conduzir a busca pelo conhecimento. O termo metodologia é o estudo dos métodos, num determinado processo, sendo também considerada uma forma de conduzir a pesquisa ou um conjunto de regras para o ensino.

Segundo a análise comparativa entre o livro didático "Viver e Aprender" e a apostila "Positivo", ambos baseiam-se no método construtivista, que é uma concepção epistemológica que parte da tentativa de explicar o desenvolvimento humano e serve para compreender os processos de aprendizagem, assim como as práticas sociais formais e informais que facilitam as aprendizagens. Essa concepção inaugura a valorização do agir de quem aprende como elemento central para se compreender algo. A aprendizagem resulta da interação entre as estruturas do pensamento e o meio, que necessita ser compreendido. As aprendizagens na concepção construtivista repousam sobre um tripé: quem aprende, o que se aprende e o outro. De acordo com Saviani (2008, p. 10), "o método refere-se aos processos pelos quais os professores organizam a atividade cognoscitiva do aluno e como este assimila/apropria-se do conhecimento".

Percebe-se essa concepção quando observamos que, apenas com palavras um pouco distintas, mas que em si expressam a mesma ação, os dois recursos didáticos partem da ideia de que os conteúdos devem ter ligação com a realidade dos alunos e da escola. A concepção construtivista parte de uma situação-problema (desafio), seguida de uma investigação pessoal ou em grupo, orientada pelo professor. Também pretende, através desses recursos didáticos (livro didático e/ou apostila), manter os alunos ocupados durante a aula, fazendo-os refletir sobre um problema proposto. Isso pode ser percebido tanto no livro didático "Viver e Aprender Matemática" como na apostila "Positivo Matemática com alegria", que parte da ideia da matemática na vida, os números no dia a dia.

Outro termo bem empregado, principalmente na apostila "Positivo", é a interação das diferentes áreas do conhecimento (interdisciplinaridade), que deve ocorrer entre todas as áreas do conhecimento, o que pode ser constatado no sumário da apostila "Linha e Entrelinhas Português", em que aparecem vários gêneros textuais que estão relacionados principalmente com áreas do conhecimento de Ciências. Um exemplo disso é o texto intitulado "Reciclar, reaproveitar, reutilizar".

Segundo Pilette (1997), a interdisciplinaridade é uma forma de garantir a visão de integração do conhecimento, válida para a ligação entre as disciplinas, mas também entre os temas ou unidades de uma mesma disciplina.

Compete ao professor pensar em suas aulas as mais variadas redes de saberes que possam estar interligados com os conteúdos expostos tanto no livro didático como na apostila, utilizando-os para uma aprendizagem significativa, na qual o conhecimento não seja passado de forma passiva, em que os professores transmitem o conhecimento, o aluno o memoriza e o aplica nas provas.

Já a palavra "currículo" é entendida como um programa de ensino, conteúdo ou matriz curricular. A organização de um currículo escolar pode-se basear em uma teoria curricular.

A seguir apresentam-se três teorias curriculares:

a) Teoria Tradicional: enfatiza o ensino, a aprendizagem, a avaliação, a metodologia, a didática, a organização escolar, o planejamento.

b) Teoria Crítica: enfatiza a ideologia da cultura, reproduzindo a cultura cultural e social.

c) Teoria Pós-Crítica: enfatiza a identidade, a alteridade, a diferença e a subjetividade de cada indivíduo. Traz para a organização escolar a raça, a etnia, a sexualidade e o multiculturalismo.

Segundo Lima (2007), a palavra “currículo” associa-se a concepções distintas: a) aos conteúdos a serem ensinados e aprendidos; b) às experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; c) aos planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; d) aos objetivos a serem alcançados por meio dos processos de ensino; e) aos processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos processos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

No quadro comparativo entre o livro didático “Viver e Aprender” e a apostila “Positivo”, constata-se que as atividades/ações são elaboradas a partir de orientações do MEC, através da LDB, que, no seu artigo 3º, estabelece que o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional de educação popular. Já no artigo 26º, determina que os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais.

A organização do currículo escolar, em algumas instituições de ensino, está atrelada ao livro didático e/ou à apostila. Muitas vezes, esses dois recursos didáticos são o “fio condutor” do processo pedagógico. Sendo assim, o professor perde a sua autonomia no planejamento de suas aulas, pois os recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) já têm todos os conteúdos determinados para cada série, os quais devem ser seguidos durante aquele ano. Tanto o livro didático quanto a apostila acabam reproduzindo os discursos naturalizados pela cultura na sociedade em determinados tempos históricos. Como afirma Silva (2004, p. 148), “o currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol. Este é o resultado de um processo histórico”. É tarefa do professor estranhar, problematizar os ditos e escritos, desnaturalizar as normas sociais em relação à diferença.

O autor ainda destaca que “O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é documento de identidade” (SILVA, 2004, p. 150).

Assim como o termo “currículo”, o termo “avaliação” aparece nas categorias de análise. O ato de avaliar é um termo que intriga a nós, educadores, pedagogos. Como podemos “medir” o que os nossos alunos aprendem ou não aprendem em um determinado conteúdo? Os estudos voltados à avaliação dizem que ela deve ocorrer em diferentes situações da sala de aula, e não com hora marcada, como é o caso de provas e exames aplicados em algumas instituições de ensino, principalmente aquelas que utilizam como único guia de trabalho dos dois respectivos recursos didáticos (livro didático e/ou apostila). Luckesi (1998, p. 109) afirma: “Provas e exames têm a finalidade, no caso da aprendizagem, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo”.

O quadro comparativo entre o livro didático “Viver e Aprender” e a apostila “Positivo” permite constatar que ambos utilizam o mesmo critério de avaliação: provas. Cabe ressaltar, porém que o livro didático não elabora provas que são enviadas para as escolas; já o sistema de ensino apostilado Positivo elabora provas ao término de cada módulo das apostilas, e elas são enviadas para as instituições como forma de avaliar se os alunos assimilaram os conteúdos daquele módulo. Em contraponto a isso, há vários professores que copiam tarefas do livro didático para elaborar provas ao final de cada conteúdo para seus alunos. De acordo com Fernandes (2007, p. 15), “copiar as tarefas de livros didáticos ou planejar atividades, sem ser ter a clareza do que estariam objetivando, não são boas estratégias para elaboração de tais instrumentos”.

Em relação a esse aspecto, convém citar que a LBD, no artigo 24, defende que a avaliação do desempenho do aluno deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

Será que as instituições, aquelas que utilizam apenas o livro didático ou a apostila como forma de instrumento de “transmissão” do conhecimento avaliam apenas através de provas? Será que, nos dias atuais, ainda existem instituições escolares que apenas avaliam os alunos por meio de provas?

Segundo Fernandes (2007), a elaboração de um instrumento de avaliação deve levar em conta os seguintes critérios: a) a linguagem a ser utilizada (clara, esclarecedora, objetiva); b) a contextualização daquilo que se investiga; c) o conteúdo significativo; d) a coerência com os propósitos de ensino; e) a exploração da capacidade de leitura e escrita, bem como do raciocínio.

Frente a isso, pergunta-se: Como será a avaliação com uma prova elaborada por uma empresa, em grande escala, de forma padronizada? Isso significa que os alunos apenas aprenderam determinado conteúdo, memorizado através da decoreba e que será passado na prova? Será essa a única forma de “medir” a aprendizagem dos alunos? Cabe aos professores e à organização escolar questionar ou simplesmente aceitar essa forma de avaliação.

A análise do quadro comparativo aponta uma única diferença: a apostila “Positivo” utiliza a autoavaliação, mas não esclarece de forma clara como é realizada. Em contato com a escola que utiliza a apostila “Positivo”, explicaram-me que, ao final de cada módulo da apostila, há perguntas autoavaliativas que o aluno responde em forma de questionário.

Para Hoffmann (2001), o processo de autoavaliação só tem significado se for uma reflexão do aluno, uma tomada de consciência individual sobre suas aprendizagens e condutas cotidianas, de forma natural e espontânea.

O processo de autoavaliação é simples, feito através de um questionário, que deve estar no cotidiano da sala de aula e favorecer o aluno a refletir acerca da sua postura, suas atitudes individuais e em grupo, seus avanços, seus medos e conquistas.

A partir dessas realidades, as instituições de ensino devem rever os seus critérios de avaliação, repensando com quais instrumentos avaliam seus alunos. Para isso é preciso uma nova postura frente às avaliações impostas pelos recursos didáticos, livro didático e/ou apostila.

O PAPEL DOS PROFESSORES FRENTE À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DIDÁTICOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final do trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia que deu origem a este artigo, ainda são muitas as perguntas frente à utilização dos recursos didáticos (livro didático e/ou apostila) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A discussão proposta aqui não coloca em questão por que as escolas utilizam esses recursos didáticos, mas sim, propõe a ampliação das fronteiras conceituais. Pensa-se, então, sob a seguinte perspectiva: por que é feito o uso do recurso (livro didático e/ou apostila) nas escolas e de que forma são analisados esses recursos didáticos?

Percebe-se que não há uma “receita” pedagógica pronta para melhorar a forma de utilizar os recursos didáticos (livro didático e/ou apostila). Pretende-se, porém, fazer que os professores reflitam sobre a utilização tanto do livro didático quanto da apostila como um caminho a ser seguido em suas aulas. Com isso, o papel do professor como agente do processo ensino-aprendizagem deve ser o de um pesquisador na busca de novos conhecimentos, novas formas de ensinar, novas metodologias, fazendo uso de variadas tecnologias e não se detendo ao uso isolado do livro didático e/ou da apostila.

Ressalta-se que o livro didático e/ou a apostila utilizados pelas escolas, na maioria das vezes, demonstram qual é a metodologia e como é estruturado o currículo escolar. Portanto, tanto o livro didático quanto a apostila constituem-se como um elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo nas práticas pedagógicas e guiando-as, contribuindo, assim, para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CASTORINA, José Antonio. **Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 2006.
- FARIAS, Ana Lúcia G. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC, 2007.
- FERNANDES, Maria Cristina da Silveira; COSTA, Alessandra David Moreira da; SICCA, Natalina Aparecida Laguna (Orgs). **Currículo, história e poder**. Florianópolis: Insular, 2006.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: MEC, 2007.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno explicado às crianças**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Secretaria de Educação Básica. **Guia dos livros didáticos: PNLD 2010**. Brasília: MEC, 2009.
- PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas: Mercado das letras, 1998.